

Brenda C. Silva, Sarah B. Lopes, Lucas J. M. Ribas,
Alcinei M. Azevedo, Claudia R. Vieira, Márcia Martins

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

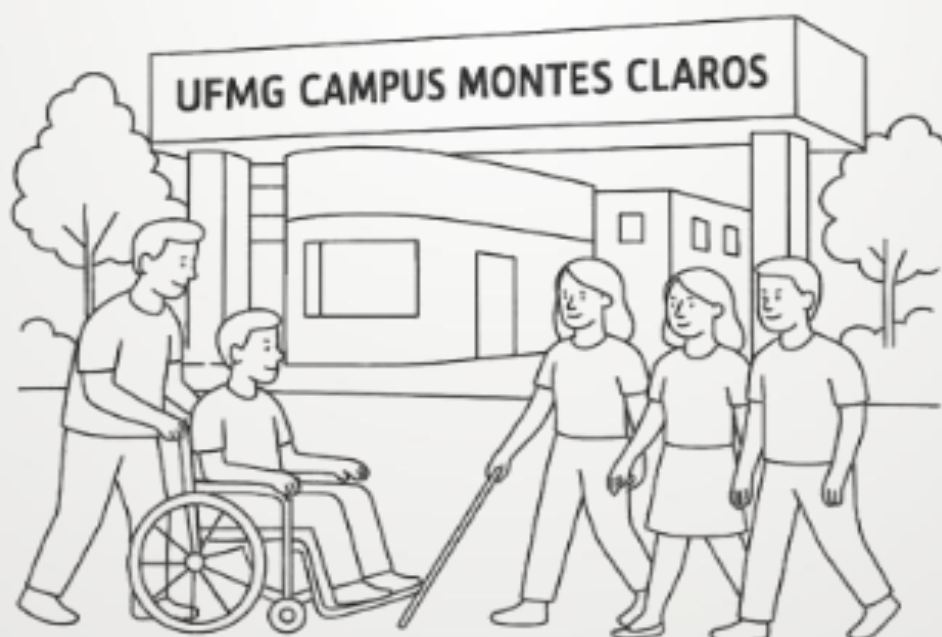
PERSPECTIVA BIOPSISSOCIAL
E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS



Brenda C. Silva, Sarah B. Lopes, Lucas J. M. Ribas,
Alcinei M. Azevedo, Claudia R. Vieira, Márcia Martins

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

**PERSPECTIVA BIOPSICOSSOCIAL
E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**



ISBN: 978-65-88389-39-3

© Copyright 2025 - Brenda Caroline Silva, Sarah Barbosa Lopes, Lucas Jonathan Martins Ribas, Alcinei Místico Azevedo, Claudia Regina Vieira, Márcia Martins

Editores: Brenda Caroline Silva, Sarah Barbosa Lopes, Claudia Regina Vieira, Márcia Martins

Diagramação: Sarah Barbosa Lopes

Ilustração: Criada por Inteligência Artificial

Avenida Universitária, 1000

39404-547- Montes Claros, MG- Brasil

E-mail: pro.ica.ufmg@gmail.com

Direitos reservados aos autores e editores da publicação. A reprodução não autorizada dessa publicação, no todo ou em parte, constitui violação da Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98).

1ª Edição - 2025

Silva, Brenda Caroline.

S586i
2025 Inclusão no Ensino Superior: perspectiva biopsicossocial e práticas pedagógicas [recurso eletrônico] / Brenda Caroline Silva, Sarah Barbosa Lopes, Lucas Jonathan Martins Ribas, Alcinei Místico Azevedo, Claudia Regina Vieira e Márcia Martins. Montes Claros: ICA/UFMG, 2025.
52 p.

Inclui referências.
ISBN: 978-65-88389-39-3

1. Ensino Superior. 2. Educação inclusiva. 3. Psicopedagogia. I. Lopes, Sarah Barbosa. II. Ribas, Lucas Jonathan Martins. III. Azevedo, Alcinei Místico. IV. Vieira, Claudia Regina. V. Martins, Márcia. VI. Instituto de Ciências Agrárias da UFMG. VII. Título.

CDU: 37

ELABORADA PELA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DO ICA/UFMG
Josiel Machado Santos – CRB-6/2577

Sumário

INTRODUÇÃO	6
A DEFICIÊNCIA SOB O OLHAR DA INCLUSÃO.....	8
1.1 Compreensão atual das deficiências: perspectiva biopsicossocial.....	10
1.2 Tipos de deficiência segundo a LBI (2015) e OMS (CIF, 2003).....	11
1.3 Avaliação biopsicossocial: importância, objetivos e aplicação no contexto educacional	12
1.4 Introdução à inclusão educacional no ensino superior	13
1.4.1 Estratégias Pedagógicas Inclusivas	13
1.4.2 Perspectiva Biopsicossocial na Educação	15
BARREIRAS E FACILITADORES DA INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR.....	16
2.1 Tipos de barreiras	17
2.1.1 Barreiras Físicas (acessibilidade, infraestrutura).....	17
2.1.2 Barreiras Comunicacionais (Libras, legendas, recursos visuais).....	18
2.1.3 Barreiras Atitudinais (preconceitos, estereótipos, resistência cultural)	18
2.1.4 Pedagógicas (métodos de ensino, avaliação, materiais didáticos)	19
2.2 Facilitadores da inclusão.....	20
2.2.1 Tecnologias assistivas	20
2.2.2 Práticas pedagógicas inclusivas	20
2.2.3 Exemplos práticos: superação de barreiras em diferentes cursos e contextos	21
TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE	23
3.1 Tipos de tecnologias assistivas: softwares, dispositivos, materiais adaptados.....	24
3.2 Relação tipo de deficiência × recurso adequado (tabela prática)	26
3.3 Estratégias para integrar tecnologias à prática docente	27
3.4 Exemplos de boas práticas no ensino superior	28
PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO INCLUSIVO	31
4.1 Princípios do Planejamento Inclusivo	32
4.2 Adaptações de Conteúdo, Métodos e Avaliações	33
4.3 Exemplos de Planos de Aula Inclusivos.....	34
4.4 Desenvolvimento e Treinamento Docente.....	35
4.4.1 Uso de Metodologias Adaptadas	35
AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA INCLUSÃO.....	38
5.1. Avaliação Contínua e Individualizada do Progresso dos Estudantes.....	39
5.2. Instrumentos da Avaliação Biopsicossocial Aplicados à Educação.....	40
5.3. Monitoramento Institucional da Inclusão: Indicadores, Relatórios e Melhorias	40
5.4. Monitoramento Institucional da Inclusão: Indicadores, Relatórios e Melhorias	41
5.5. Exemplos de Práticas de Avaliação Inclusiva em Cursos de Graduação e Pós-	

Graduação	42
FORMAÇÃO DOCENTE E SENSIBILIZAÇÃO PARA INCLUSÃO	43
6.1 Capacitação de Professores para Práticas Inclusivas.....	44
6.2 Estratégias para Criar uma Cultura Acadêmica Inclusiva	44
6.3 Redução de Barreiras Atitudinais na Comunidade Universitária	45
6.4 Treinamentos e Workshops para Conscientização.....	45
6.5 Desenvolvimento Contínuo de Competências Docentes	45
6.6 Exemplos de Programas de Formação Docente Bem-Sucedidos	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é um direito garantido por lei e um princípio essencial para uma educação de qualidade. Ela significa oferecer oportunidades de aprendizagem para todos, respeitando a diversidade e valorizando as diferenças entre os estudantes. No Brasil, a Constituição de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelecem que nenhuma pessoa deve ser excluída do acesso à educação.

No ensino superior, a inclusão não se resume a receber estudantes com deficiência ou necessidades específicas. Ela exige repensar práticas pedagógicas, adaptar materiais, flexibilizar avaliações e criar condições que favoreçam a participação de todos. O foco não é apenas cumprir a legislação, mas garantir que cada aluno seja reconhecido e possa desenvolver seu potencial.

O professor tem um papel central nesse processo: mais do que ensinar conteúdos, ele atua como mediador, criando ambientes de aprendizagem que sejam abertos, respeitosos e acessíveis. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) reforçam essa responsabilidade ao orientar os cursos de graduação para uma formação flexível, integral e conectada à diversidade dos estudantes.

Um elemento recente e fundamental desse processo é a avaliação biopsicossocial da deficiência, prevista pelo Decreto nº 11.487/2023 e detalhada no Relatório Final do Grupo de Trabalho sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (BRASIL, 2023; BRASIL, 2024). Esse modelo busca identificar não apenas as condições físicas ou intelectuais do indivíduo, mas também como fatores psicológicos, sociais e ambientais podem influenciar sua participação plena na

vida acadêmica e social. No contexto educacional, a avaliação biopsicossocial fornece subsídios para que instituições e professores planejem ações pedagógicas mais justas e inclusivas, garantindo que os estudantes recebam os apoios necessários para aprender e se desenvolver em igualdade de condições.

Assim, este material foi elaborado para apoiar os docentes nessa tarefa, oferecendo orientações práticas, exemplos de atividades e sugestões pedagógicas que podem ajudar a tornar as aulas mais inclusivas. Ao assumir o compromisso com a inclusão, professores e instituições contribuem não apenas para o sucesso dos estudantes, mas também para a construção de uma cultura acadêmica baseada na justiça social, no respeito às diferenças e na valorização da diversidade.

CAPÍTULO 1

A DEFICIÊNCIA SOB O OLHAR DA INCLUSÃO



CAPÍTULO 1: A DEFICIÊNCIA SOB O OLHAR DA INCLUSÃO

Hoje, entendemos a deficiência de forma diferente do passado. Não se trata apenas de limitações da pessoa, mas de como ela interage com o ambiente, a sociedade e as oportunidades que recebe. Essa visão é chamada de perspectiva biopsicossocial e é reforçada pela Lei Brasileira de Inclusão (2015) e pela Classificação Internacional de Funcionalidade da OMS (2003).

No ensino superior, essa perspectiva é essencial para que todos os estudantes possam participar plenamente das atividades acadêmicas. Parte dessa compreensão envolve a avaliação biopsicossocial, prevista pelo Decreto nº 11.487/2023 e detalhada no Relatório Final do Grupo de Trabalho sobre Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência (BRASIL, 2024). Essa avaliação considera tanto as condições individuais quanto as barreiras ou facilitadores presentes no ambiente acadêmico, permitindo que docentes e instituições identifiquem necessidades específicas de apoio, planejem estratégias pedagógicas adequadas e promovam a inclusão de maneira efetiva.

Garantir a inclusão significa pensar em práticas, métodos e atitudes que acolham a diversidade. Neste capítulo, apresentamos os conceitos centrais sobre deficiência, seus tipos e formas de avaliação, preparando o caminho para estratégias e exemplos de inclusão que serão aprofundados nos capítulos seguintes.

1.1 Compreensão atual das deficiências: perspectiva biopsicossocial

A forma de compreender a deficiência evoluiu significativamente ao longo dos anos. Atualmente, entende-se que a deficiência não é apenas uma limitação individual, mas o resultado da interação entre condições de saúde, fatores psicológicos e contextos sociais e ambientais.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça que a deficiência deve ser analisada a partir do ambiente social e das barreiras que dificultam a participação plena da pessoa na sociedade (BRASIL, 2015).

Em consonância com essa ideia, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF/OMS, 2003) também adota a perspectiva biopsicossocial, reconhecendo que as limitações funcionais dependem do contexto e não apenas da condição individual (OMS, 2003).

Além disso, o Decreto nº 11.487/2023 regulamenta a avaliação biopsicossocial no Brasil, oferecendo instrumentos padronizados para identificar necessidades de apoio e recursos adequados (BRASIL, 2023).

Essa perspectiva permite que professores e instituições planejem estratégias inclusivas que levem em conta o estudante como um todo, considerando suas capacidades, limitações e o ambiente em que está inserido.

1.2 Tipos de deficiência segundo a LBI (2015) e OMS (CIF, 2003)

As deficiências se manifestam de formas variadas e podem afetar diferentes aspectos da vida das pessoas. Tanto a legislação brasileira quanto a Classificação Internacional de Funcionalidade (OMS, 2003) oferecem categorias que ajudam a compreender essas diferenças, permitindo que instituições e docentes identifiquem necessidades específicas e planejem ações de apoio adequadas. Segundo esses referenciais, as deficiências podem ser categorizadas da seguinte forma:

Física: limitações nos movimentos ou estrutura corporal que afetam atividades diárias.

Auditiva: perda parcial ou total da capacidade de ouvir, com impactos na comunicação e aprendizagem.

Visual: baixa visão ou cegueira total, que exige recursos adaptados como braile, audiodescrição e softwares de leitura.

Intelectual: limitações no raciocínio, aprendizado e adaptação social, afetando a compreensão e aplicação de conteúdos acadêmicos.

Múltipla: combinação de duas ou mais deficiências, demandando atenção integrada às necessidades específicas.

Mental/psicossocial: condições de saúde mental que interferem na participação social, nas relações e na aprendizagem (BRASIL, 2015; OMS, 2003).

Essa classificação é essencial para planejar intervenções e estratégias pedagógicas adequadas, respeitando a diversidade de perfis dentro da sala de aula.

1.3 Avaliação biopsicossocial: importância, objetivos e aplicação no contexto educacional

A avaliação biopsicossocial considera não apenas as limitações individuais, mas também como o ambiente e a sociedade impactam na participação da pessoa.

No contexto educacional, ela tem três objetivos principais:

- Identificar necessidades de apoio individual: recursos, tecnologias assistivas e estratégias pedagógicas.
- Planejar ações pedagógicas inclusivas: adaptando práticas sem alterar a estrutura curricular dos cursos.
- Promover participação plena: garantindo que todos os estudantes possam exercer seus direitos de aprendizado e desenvolvimento acadêmico.

O Decreto nº 11.487/2023 estabelece procedimentos padronizados para essa avaliação, fortalecendo a inclusão e permitindo decisões educacionais baseadas em evidências (BRASIL, 2023). A utilização dessa abordagem no ensino superior permite que professores transformem barreiras em oportunidades de aprendizagem.

1.4 Introdução à inclusão educacional no ensino superior

1.4.1 Estratégias Pedagógicas Inclusivas

No ensino superior, inclusão não se resume a garantir a presença do estudante com deficiência; significa também assegurar sua participação ativa em todas as etapas do processo de aprendizagem. Entre as práticas recomendadas estão:

Adaptação de materiais: disponibilizar textos em diferentes formatos, vídeos com legendas, recursos visuais e audiodescrição, para atender às diversas necessidades de aprendizagem.

Flexibilização de avaliações: permitir provas orais, trabalhos práticos ou prazos diferenciados, garantindo que cada estudante possa demonstrar seu conhecimento de maneira justa.

Promoção da participação ativa: incentivar debates, trabalhos em grupo e atividades colaborativas, estimulando o engajamento e a interação entre os alunos.

Criação de ambientes acolhedores: respeitar as diferenças, incentivar a empatia e eliminar barreiras atitudinais, fortalecendo um clima de respeito e inclusão.

Ensino multimodal: combinar diferentes recursos e métodos de ensino, como textos, áudio, vídeo e atividades práticas, para contemplar diferentes estilos de aprendizagem.

Tutorias e mentorias personalizadas: oferecer acompanhamento individual ou em pequenos grupos, proporcionando suporte acadêmico e emocional.

Ensino baseado em projetos e resolução de problemas: propor atividades com aplicabilidade prática, que estimulem autonomia, pensamento crítico e integração entre os estudantes.

Avaliação formativa contínua: acompanhar o progresso dos alunos ao longo do semestre, oferecendo feedback constante e ajustando estratégias pedagógicas conforme necessário.

Planejamento Universal para Aprendizagem: estruturar conteúdos, métodos e avaliações considerando, desde o início, a diversidade de estudantes, promovendo flexibilidade e inclusão.

Apoio à inclusão social e acadêmica: incentivar a participação em atividades extracurriculares, grupos de estudo e clubes, fortalecendo a integração social e acadêmica.

Capacitação e sensibilização de colegas: promover a compreensão da diversidade e incentivar a colaboração entre estudantes, criando um ambiente universitário mais inclusivo e respeitoso.

Essas estratégias permitem que a sala de aula se torne um espaço em que todos os estudantes possam aprender de forma significativa, desenvolver autonomia e participar plenamente das atividades acadêmicas. Ao aplicar essas práticas, os docentes contribuem para uma educação mais justa e alinhada à perspectiva biopsicossocial, que valoriza tanto as capacidades individuais quanto o contexto em que cada estudante está inserido.

1.4.2 Perspectiva Biopsicossocial na Educação

Compreender a deficiência pela perspectiva biopsicossocial significa reconhecer que cada estudante interage com o ambiente de maneira única. Nesse contexto, o professor atua como mediador, desempenhando um papel fundamental para:

- Transformar barreiras em oportunidades de aprendizagem;
- Promover a autonomia e o desenvolvimento acadêmico;
- Garantir a participação plena e equitativa de todos, respeitando as diferenças individuais.

Essa abordagem reforça o compromisso da universidade com a justiça social e a valorização da diversidade, criando um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e acolhedor.

Neste capítulo, vimos que a deficiência não se limita à pessoa, mas depende da interação com o ambiente e a sociedade. A perspectiva biopsicossocial, apoiada por leis e normas, ajuda a compreender essas relações e a planejar ações inclusivas no ensino superior. Conhecer os tipos de deficiência e realizar avaliações adequadas permite que docentes criem estratégias que realmente favoreçam a participação de todos, tornando a universidade um espaço mais justo, acolhedor e aberto à diversidade.

CAPÍTULO 2

BARREIRAS E FACILITADORES DA INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR



BARREIRAS E FACILITADORES DA INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Garantir a inclusão no ensino superior envolve conhecer os obstáculos que podem limitar a participação dos estudantes, ao mesmo tempo em que se fortalecem os elementos que facilitam sua plena integração acadêmica. Entender essas diferentes dimensões é essencial para que professores e instituições possam planejar estratégias que tornem o ambiente universitário realmente inclusivo.

2.1 Tipos de barreiras

As barreiras são obstáculos que dificultam ou impedem a participação plena dos estudantes e podem se manifestar de diferentes formas, afetando o acesso, a comunicação, a interação social e a aprendizagem.

2.1.1 Barreiras Físicas (acessibilidade, infraestrutura)

As barreiras físicas aparecem quando a infraestrutura da universidade não permite a mobilidade e o acesso seguro e confortável de todos os estudantes.

- Salas de aula, laboratórios e bibliotecas sem rampas, elevadores ou banheiros acessíveis.
- Mobiliário inflexível que dificulta a mobilidade de cadeirantes.
- Ausência de equipamentos adaptados em laboratórios, espaços de estudo

ou de acolhimento.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) e o Decreto nº 11.487/2023 (BRASIL, 2023), a infraestrutura das instituições deve permitir a participação plena de pessoas com deficiência.

2.1.2 Barreiras Comunicacionais (Libras, legendas, recursos visuais)

As barreiras comunicacionais surgem quando os meios de interação e transmissão de informações não atendem às necessidades de todos os estudantes, dificultando a compreensão e a participação plena no ambiente acadêmico.

- Falta de intérpretes de Libras ou legendas em aulas e eventos;
- Ausência de materiais em formatos acessíveis, como áudio, braile ou textos digitais;
- Dificuldade de comunicação entre professores e estudantes com deficiência auditiva ou visual.

Nesse sentido, a legislação reforça a necessidade de prover meios de comunicação acessíveis, garantindo que todos os estudantes compreendam e participem de forma equitativa.

2.1.3 Barreiras Atitudinais (preconceitos, estereótipos, resistência cultural)

As barreiras atitudinais se manifestam quando preconceitos, estereótipos ou resistência cultural limitam a inclusão e a valorização da diversidade no ambiente

acadêmico.

- Preconceitos que subestimam a capacidade do estudante.
- Resistência à inclusão por parte de professores, colegas ou funcionários.
- Falta de sensibilização da comunidade acadêmica sobre diversidade e respeito às diferenças.
- Bullying e atitudes discriminatórias, que podem afetar a autoestima, a participação e o desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência.

Do ponto de vista biopsicossocial, essas barreiras refletem fatores sociais e ambientais que podem limitar a participação, a autonomia e o desenvolvimento pleno dos estudantes (OMS, 2003; BRASIL, 2023).

2.1.4 Pedagógicas (métodos de ensino, avaliação, materiais didáticos)

As barreiras pedagógicas aparecem quando os métodos de ensino, avaliações e materiais não contemplam a diversidade de estilos de aprendizagem e necessidades dos estudantes.

- Metodologias de ensino centradas apenas em exposição oral ou escrita, sem considerar diferentes estilos de aprendizagem.
- Avaliações padronizadas que não permitem ajustes para diferentes necessidades.
- Materiais e atividades que não promovem a participação ativa de estudantes com deficiência, incluindo materiais didáticos inacessíveis ou inadequados.

Essas barreiras podem ser reduzidas com estratégias inclusivas, como ensino multimodal, avaliação contínua e tutoria personalizada, garantindo que todos os estudantes participem efetivamente do processo de aprendizagem.

2.2 Facilitadores da inclusão

Facilitadores são elementos que ajudam a reduzir barreiras e possibilitam a participação efetiva dos estudantes no ambiente acadêmico, tornando a experiência universitária mais acessível e significativa.

2.2.1 Tecnologias assistivas

As tecnologias assistivas funcionam como ferramentas que permitem aos estudantes acessar conteúdos e participar das atividades acadêmicas de forma independente e eficiente.

- Softwares, aplicativos, dispositivos e recursos adaptados;
- Exemplos: leitores de tela, teclados adaptados, softwares de tradução para Libras, aplicativos de audiodescrição.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), todos os estudantes têm direito ao uso dessas tecnologias para garantir acessibilidade e participação plena.

2.2.2 Práticas pedagógicas inclusivas

As práticas pedagógicas inclusivas são estratégias que promovem engajamento,

valorizam diferentes estilos de aprendizagem e incentivam a participação ativa de todos os estudantes.

- Metodologias ativas de ensino, aprendizagem colaborativa, trabalhos em grupo e atividades participativas;
- Criação de ambientes que estimulam autonomia, empatia e respeito às diferenças.

Sob a perspectiva biopsicossocial, a inclusão pedagógica considera a interação entre estudante, docente e ambiente, transformando barreiras em oportunidades de aprendizagem (OMS, 2003; BRASIL, 2023).

2.2.3 Exemplos práticos: superação de barreiras em diferentes cursos e contextos

A prática mostra que pequenas adaptações podem ter grande impacto na inclusão e participação de todos os estudantes.

- Laboratórios e bibliotecas com mesas adaptadas e softwares específicos;
- Aulas online com legendas, audiodescrição e materiais em múltiplos formatos;
- Avaliações diversificadas, como apresentações orais, trabalhos práticos ou demonstração de habilidades;
- Programas de sensibilização da comunidade acadêmica para reduzir barreiras atitudinais e incentivar empatia.

Esses exemplos demonstram que ações planejadas com atenção e consciência

podem transformar a experiência acadêmica, garantindo participação efetiva e equitativa de todos os estudantes

Neste capítulo, vimos que garantir a inclusão no ensino superior exige conhecer e reduzir as barreiras, ao mesmo tempo em que se fortalecem os elementos que facilitam a participação dos estudantes. Barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e pedagógicas podem dificultar o aprendizado e a integração acadêmica, mas pequenas adaptações, o uso de tecnologias assistivas e práticas pedagógicas inclusivas ajudam a transformar essas dificuldades em oportunidades. Com atenção a esses fatores, é possível criar um ambiente mais acolhedor e acessível, onde todos os estudantes têm espaço para aprender, se desenvolver e participar plenamente da vida universitária.

CAPÍTULO 3

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE



CAPÍTULO 3: TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

As tecnologias assistivas são fundamentais para promover a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. Elas englobam recursos e serviços que visam ampliar a funcionalidade, a participação e a autonomia dessas pessoas, garantindo-lhes acesso equitativo à educação.

3.1 Tipos de tecnologias assistivas: softwares, dispositivos, materiais adaptados

As tecnologias assistivas englobam ferramentas que ajudam estudantes com diferentes tipos de deficiência a acessar conteúdos, participar das atividades acadêmicas e interagir de forma mais independente no ambiente universitário. Elas podem ser organizadas em três categorias principais:

Softwares

- **Leitores de tela:** programas que transformam o conteúdo exibido no computador em voz sintetizada ou em braille, permitindo que pessoas com deficiência visual acessem textos, menus e aplicações digitais. Dois exemplos importantes são:
 - NVDA (NonVisual Desktop Access): software gratuito e de código aberto, compatível com Windows, que oferece leitura de textos em múltiplos idiomas, incluindo português.
 - JAWS (Job Access With Speech): software comercial com recursos avançados de leitura e navegação web, amplamente

utilizado em ambientes acadêmicos e profissionais.

- **Ampliadores de tela:** aumentam o tamanho de textos e elementos gráficos, facilitando a leitura para pessoas com baixa visão.
- **Softwares de comunicação alternativa:** permitem que pessoas com deficiência motora ou cognitiva se expressem usando símbolos, imagens ou texto.

Dispositivos

- **Cadeiras de rodas adaptadas:** proporcionam mobilidade para pessoas com deficiência física.
- **Teclados e mouses adaptados:** facilitam a interação com computadores para pessoas com limitações motoras.
- **Próteses e órteses:** substituem ou auxiliam a função de membros ou órgãos ausentes ou com funcionalidade comprometida.

Materiais adaptados

- **Livros em braille:** textos impressos em sistema de leitura tátil para pessoas cegas.
- **Lupas eletrônicas:** ampliam textos e imagens, auxiliando pessoas com baixa visão.
- **Tesouras e lápis adaptados:** ferramentas modificadas para facilitar o uso por pessoas com deficiência motora.

3.2 Relação tipo de deficiência × recurso adequado (tabela prática)

Para facilitar a escolha de tecnologias assistivas e recursos de acessibilidade, é importante relacionar cada tipo de deficiência com os recursos mais indicados. A tabela a seguir oferece um panorama prático:

Tipo de deficiência	Recursos e tecnologias recomendados	Objetivo do recurso
Física	Cadeiras de rodas adaptadas, teclados e mouses adaptados, próteses/órteses	Facilitar mobilidade e interação com atividades acadêmicas
Visual	Leitores de tela (NVDA, JAWS), ampliadores de tela, livros em braille, lupas eletrônicas	Permitir acesso a textos, imagens e conteúdos digitais
Auditiva	Legendas em vídeos, intérpretes de Libras, softwares de transcrição	Garantir compreensão e participação em aulas e eventos
Intelectual	Softwares de comunicação alternativa, materiais didáticos simplificados, tutoria personalizada	Apoiar compreensão, expressão e aprendizagem ativa
Múltipla	Combinação dos recursos acima conforme necessidades específicas	Atender múltiplas demandas simultâneas

Mental/	Recursos multimodais,	Reduzir barreiras ao
Psicossocial	flexibilização de prazos e avaliações, acompanhamento individual	aprendizado e promover bem-estar

Fonte: Brasil (2024); Brasil (2015); Brasil (2023); OMS (2003).

Essa relação auxilia docentes e instituições a planejar atividades e selecionar recursos que aumentem a participação efetiva e autônoma de todos os estudantes, garantindo inclusão de forma prática e estratégica.

3.3 Estratégias para integrar tecnologias à prática docente

Integrar tecnologias assistivas à prática docente exige planejamento e atenção às necessidades individuais. Algumas estratégias eficazes incluem:

- **Capacitação docente:** promover treinamentos para que os professores conheçam e saibam utilizar as tecnologias assistivas disponíveis.
- **Adaptação de materiais didáticos:** disponibilizar conteúdos em formatos acessíveis, como áudio, braille ou vídeos com legendas.
- **Uso de tecnologias assistivas em sala de aula:** incorporar dispositivos e softwares que auxiliem a participação de todos os estudantes.
- **Avaliação inclusiva:** utilizar diferentes formas de avaliação que considerem as necessidades e habilidades de cada estudante.

3.4 Exemplos de boas práticas no ensino superior

Diversas instituições de ensino superior no Brasil têm implementado boas práticas no uso de tecnologias assistivas:

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A UFMG implementa diversas ações para promover a inclusão digital e acadêmica de estudantes com deficiência. Por meio da FUMP (Fundação Universitária Mendes Pimentel), a universidade oferece o Programa de Auxílio Inclusão Digital – Tecnologia Assistiva, que disponibiliza equipamentos e softwares adaptados, como leitores de tela e teclados adaptados, para estudantes com deficiência. Além disso, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da UFMG oferece treinamentos para o uso dessas tecnologias, adaptações de materiais didáticos e suporte pedagógico, visando garantir o pleno acesso às atividades acadêmicas.

Universidade Federal de Pernambuco (UFRPE)

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACES) da UFRPE foi instituído em 2013 com o objetivo de apoiar e promover a acessibilidade aos estudantes e servidores com deficiência, mobilidade reduzida, transtorno funcional específico da aprendizagem, transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação. O NACES atua na identificação de demandas e na proposição e dinamização de ações que visam à inclusão e permanência desses públicos na universidade. O núcleo desenvolve suas atividades em articulação com as Seções de Acessibilidade presentes nas demais unidades acadêmicas da UFRPE.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A UFRJ desenvolveu o software Motrix, que permite que pessoas com deficiências motoras graves, em especial tetraplegia e distrofia muscular, possam ter acesso a microcomputadores por meio de movimentos oculares. O Motrix simula o uso do mouse e teclado, possibilitando a ativação de programas e funções no Windows, facilitando a comunicação e a interação com o ambiente digital para pessoas com limitações motoras severas.

Universidade de São Paulo (USP)

A USP implementou o Programa de Acessibilidade e Inclusão, que oferece treinamentos para docentes e adaptações de materiais didáticos, visando garantir a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento/transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação. O programa também reúne e disponibiliza informações sobre fundamentos, direitos e orientações pedagógicas para orientar ações de acolhimento e cuidado mútuo às pessoas com deficiência.

As experiências de instituições como a UFMG, UFRPE, UFRJ e USP demonstram que a implementação de boas práticas voltadas à acessibilidade e ao uso de tecnologias assistivas gera impactos positivos e concretos na vida acadêmica de estudantes com deficiência. Ao oferecer suporte técnico, adaptações pedagógicas, treinamentos e recursos tecnológicos, essas universidades não apenas garantem o acesso às atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas também fortalecem a permanência e o protagonismo estudantil. Tais ações,

quando articuladas com políticas institucionais de inclusão, contribuem para a redução das barreiras educacionais, promovem equidade de oportunidades e ampliam a participação plena desses estudantes na comunidade acadêmica, refletindo em trajetórias acadêmicas mais justas e em uma cultura universitária pautada no respeito à diversidade.

As tecnologias assistivas e os recursos de acessibilidade fazem toda a diferença para que todos possam participar do ensino superior de forma plena. Quando usados de maneira planejada, com pequenas adaptações e estratégias inclusivas, eles ajudam a transformar barreiras em oportunidades. Experiências nas universidades brasileiras mostram que esses cuidados tornam a vida acadêmica mais acessível, acolhedora e justa, permitindo que cada estudante tenha espaço para aprender, se desenvolver e se envolver ativamente na universidade.

CAPÍTULO 4

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO INCLUSIVO



CAPÍTULO 4: PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO INCLUSIVO

Planejar aulas inclusivas no ensino superior vai muito além de preparar conteúdo: envolve pensar em como cada estudante pode participar, aprender e se desenvolver de maneira efetiva. O planejamento pedagógico inclusivo considera as diferentes formas de aprendizagem, as necessidades individuais e o uso de recursos que favoreçam a equidade.

Neste capítulo, vamos explorar princípios, estratégias e exemplos práticos que ajudam docentes a criar atividades, avaliações e ambientes acessíveis, incorporando metodologias adaptadas e tecnologias assistivas. A ideia é fornecer ferramentas que tornem a experiência universitária mais significativa para todos, fortalecendo a participação, a autonomia e o engajamento dos estudantes.

4.1 Princípios do Planejamento Inclusivo

O planejamento pedagógico inclusivo parte do reconhecimento de que cada estudante tem experiências, habilidades e necessidades únicas. Ele busca organizar o ensino de forma a reduzir barreiras e favorecer a participação de todos, considerando aspectos cognitivos, sociais e emocionais.

O planejamento inclusivo deve assegurar que todos os estudantes participem plenamente das atividades acadêmicas. Seus princípios incluem:

- **Equidade:** oferecer oportunidades justas de aprendizagem, garantindo que cada estudante tenha acesso aos recursos e apoios necessários.
- **Flexibilidade:** adaptar métodos, atividades e estratégias para atender diferentes estilos de aprendizagem e ritmos de desenvolvimento.

- **Acessibilidade:** garantir que materiais, recursos e espaços sejam utilizáveis por todos, incluindo o uso de tecnologias assistivas quando necessário.
- **Universalidade:** planejar atividades e recursos desde o início para que sejam compreensíveis e úteis para o maior número possível de estudantes, independentemente de suas habilidades ou condições, conforme preconiza o Design Universal para Aprendizagem.
- **Foco na autonomia:** promover que os estudantes se tornem agentes ativos de sua própria aprendizagem, capazes de tomar decisões, resolver problemas e desenvolver habilidades de forma independente.
- **Participação ativa:** estimular o engajamento dos estudantes por meio de atividades colaborativas, debates, projetos e outras práticas que promovam interação e cooperação.
- **Aprendizagem significativa:** planejar experiências que conectem o conteúdo acadêmico às vivências, interesses e potencialidades de cada aluno.

Esses princípios podem ajudar docentes e instituições a criar um ambiente educativo mais acolhedor, inclusivo e eficaz, fortalecendo não apenas o aprendizado, mas também a confiança, a autonomia e o protagonismo dos estudantes.

4.2 Adaptações de Conteúdo, Métodos e Avaliações

Mesmo mantendo o currículo de graduação, é possível tornar as aulas mais inclusivas, pensando em estratégias que atendam às diferentes necessidades dos

estudantes.

- **Conteúdos:** disponibilização de textos digitais, vídeos com legendas, audiodescrição e imagens adaptadas para facilitar a compreensão de todos.
- **Métodos:** combinação de aulas expositivas com debates, estudos de caso e trabalhos colaborativos, estimulando a participação ativa e o engajamento dos alunos.
- **Avaliações:** diversificação dos instrumentos avaliativos, incluindo provas orais, apresentações, trabalhos digitais e projetos práticos, para considerar diferentes habilidades e estilos de aprendizagem.

Exemplo prático: A UFRPE adaptou materiais didáticos e disponibilizou softwares educativos acessíveis em cursos de Engenharia, promovendo maior participação e autonomia dos estudantes (NACES/UFRPE, 2025).

4.3 Exemplos de Planos de Aula Inclusivos

Para tornar o ensino mais inclusivo, é possível organizar planos de aula que considerem diferentes necessidades e estilos de aprendizagem:

- **Aula teórica:** disponibilizar textos em PDF compatíveis com leitores de tela, vídeos legendados e fóruns de discussão online para promover interação e compreensão.
- **Laboratórios:** utilizar softwares educativos, dispositivos adaptados e oferecer orientação prática individualizada, garantindo que todos os estudantes possam acompanhar as atividades.

- **Atividades colaborativas:** incentivar trabalhos em grupo, debates e apresentações diversificadas, estimulando a participação ativa e a cooperação.
- **Avaliações diversificadas:** combinar provas digitais, trabalhos práticos e apresentações orais, permitindo que cada estudante demonstre seus conhecimentos de maneiras diferentes e adequadas às suas habilidades.

4.4 Desenvolvimento e Treinamento Docente

A formação continuada de professores é fundamental para garantir práticas pedagógicas inclusivas.

4.4.1 Uso de Metodologias Adaptadas

Para promover aprendizagem efetiva para todos, os docentes podem adotar metodologias adaptadas, como aprendizagem ativa e colaborativa, e ensino centrado no estudante, respeitando diferentes estilos de aprendizagem.

4.4.2 Planejamento de Atividades, Avaliações e Recursos Acessíveis

Um planejamento cuidadoso permite que atividades, avaliações e recursos sejam acessíveis a todos os estudantes, atendendo às necessidades específicas de cada um.

- Criação de planos que considerem necessidades específicas.
- Diferenciação de avaliações conforme recursos disponíveis e habilidades dos estudantes.

4.4.3 Aplicação de Tecnologias Assistivas em Sala de Aula

O uso de tecnologias assistivas requer integração prática em sala de aula e capacitação dos docentes para garantir que todos os estudantes participem de forma significativa.

- Integração de softwares educativos, leitores de tela, dispositivos adaptados e materiais multimodais.
- Treinamento docente para uso eficiente desses recursos.

4.4.4 Exemplos Práticos de Estratégias Pedagógicas Adaptadas

Exemplos concretos mostram como estratégias adaptadas tornam a aprendizagem mais inclusiva:

- Estudante com deficiência visual utilizando leitor de tela em trabalhos de laboratório.
- Estudante surdo participando de seminário com intérprete de Libras.
- Estudante com mobilidade reduzida acessando atividades práticas com dispositivos adaptados.

Em síntese, planejar de forma inclusiva é abrir caminhos para que cada estudante se reconheça como parte essencial do processo de aprendizagem. Quando professores e instituições assumem o compromisso de criar aulas acessíveis, flexíveis e acolhedoras, a sala de aula deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos e se transforma em um ambiente de pertencimento, participação e descoberta. Nessas condições, todos os estudantes têm a chance

de aprender com dignidade, desenvolver sua autonomia e exercer plenamente seu protagonismo, fortalecendo não apenas seu percurso acadêmico, mas também sua confiança e suas possibilidades de vida.

Planejar aulas inclusivas é pensar em como cada estudante pode participar, aprender e se desenvolver de verdade. Adaptar conteúdos, métodos e avaliações, usar tecnologias assistivas e adotar estratégias flexíveis ajuda a transformar barreiras em oportunidades. Dessa forma, a sala de aula deixa de ser apenas um lugar de transmissão de conteúdo e se torna um espaço acolhedor e significativo, onde todos podem exercer autonomia, protagonismo e engajamento, aprendendo de forma mais completa e confiante.

CAPÍTULO 5

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA INCLUSÃO



CAPÍTULO 5: AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA INCLUSÃO

Garantir a inclusão no ensino superior não se resume a adotar práticas pedagógicas e tecnologias assistivas; é fundamental acompanhar e avaliar continuamente como os estudantes estão participando e se desenvolvendo. Avaliação e monitoramento permitem identificar obstáculos, ajustar estratégias e assegurar que todos tenham oportunidades equitativas de aprendizagem. Esse processo envolve observar o progresso individual, coletar dados institucionais e aplicar instrumentos que considerem a perspectiva biopsicossocial, promovendo melhorias constantes na experiência acadêmica.

5.1. Avaliação Contínua e Individualizada do Progresso dos Estudantes

Avaliar o progresso dos estudantes de forma contínua e individualizada permite que docentes identifiquem necessidades específicas e promovam ajustes pedagógicos quando necessário.

- Monitoramento do desempenho acadêmico, participação social e autonomia.
- Avaliação adaptada às necessidades individuais, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada estudante.

5.2. Instrumentos da Avaliação Biopsicossocial Aplicados à Educação

Para compreender de forma abrangente as experiências e barreiras enfrentadas pelos estudantes, a avaliação biopsicossocial utiliza diferentes instrumentos, permitindo decisões mais fundamentadas e inclusivas (BRASIL, 2023; BRASIL, 2024).

- Formulários e entrevistas estruturadas: identificação de necessidades e barreiras.
- Observações em sala de aula: acompanhamento do engajamento e participação.
- Registros acadêmicos: análise de desempenho, frequência e evolução.
- Planos de apoio individualizados: recomendações de recursos assistivos e estratégias pedagógicas.

5.3. Monitoramento Institucional da Inclusão: Indicadores, Relatórios e Melhorias

Para compreender de forma abrangente as experiências e barreiras enfrentadas pelos estudantes, a avaliação biopsicossocial utiliza diferentes instrumentos, permitindo decisões mais fundamentadas e inclusivas (BRASIL, 2023; BRASIL, 2024).

- **Formulários e entrevistas estruturadas:** identificação de necessidades e barreiras.
- **Observações em sala de aula:** acompanhamento do engajamento e participação.
- **Registros acadêmicos:** análise de desempenho, frequência e evolução.
- **Planos de apoio individualizados:** recomendações de recursos assistivos e estratégias pedagógicas.

5.4. Monitoramento Institucional da Inclusão: Indicadores, Relatórios e Melhorias

O monitoramento institucional é essencial para que a universidade avalie a eficácia de suas ações e promova melhorias contínuas na inclusão acadêmica. Estas são algumas das ações que podem ser desenvolvidas como forma de melhoria da inclusão nos ambientes educacionais:

- Mapeamento de barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e pedagógicas.
- Indicadores: taxa de matrícula, permanência, desempenho acadêmico e satisfação dos estudantes.
- Relatórios periódicos: análise e propostas de melhorias.

Exemplo: A UFPR realiza monitoramento anual da inclusão, avaliando participação, desempenho e uso de recursos assistivos (UFPR, 2025).

5.5. Exemplos de Práticas de Avaliação Inclusiva em Cursos de Graduação e Pós-Graduação

Boas práticas de avaliação inclusiva integram diferentes perspectivas e ferramentas para acompanhar o estudante de maneira completa e contínua. Essas práticas podem se materializar em diferentes ações que fortalecem a equidade no processo avaliativo e garantem que cada estudante seja acompanhado em sua singularidade:

- Reuniões regulares entre docentes e núcleos de acessibilidade.
- Uso de softwares de acompanhamento acadêmico.
- Feedback individualizado e contínuo.
- Integração de acompanhamento psicológico e acadêmico

Exemplo: A UFSCar avalia continuamente estudantes com deficiência, integrando acompanhamento acadêmico, psicológico e tecnologias assistivas (UFSCar, 2025).

Avaliar e acompanhar a inclusão no ensino superior vai além de registrar desempenho: é perceber como cada estudante está participando, aprendendo e se desenvolvendo. Quando se observa o progresso de forma contínua e se usam ferramentas que considerem a realidade de cada pessoa, é possível identificar barreiras, ajustar estratégias e transformar dificuldades em oportunidades. Assim, a vida acadêmica se torna mais justa, acessível e significativa para todos.

CAPÍTULO 6

FORMAÇÃO DOCENTE E SENSIBILIZAÇÃO PARA INCLUSÃO



CAPÍTULO 6: FORMAÇÃO DOCENTE E SENSIBILIZAÇÃO PARA INCLUSÃO

Garantir a inclusão no ensino superior depende não apenas de infraestrutura e recursos, mas também da preparação e sensibilização de professores, estudantes e demais membros da comunidade acadêmica. A formação docente contínua e estratégias de conscientização ajudam a construir um ambiente mais acolhedor, colaborativo e respeitoso, no qual a diversidade é valorizada e as barreiras atitudinais são minimizadas. Neste capítulo, exploraremos como capacitar docentes, reduzir preconceitos e promover práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam a participação plena de todos os estudantes.

6.1 Capacitação de Professores para Práticas Inclusivas

Preparar os docentes é um passo essencial para que a inclusão se efetive no ambiente universitário. A capacitação envolve:

- Treinamentos em metodologias inclusivas e aprendizagem colaborativa.
- Capacitação para uso de tecnologias assistivas e recursos acessíveis.

6.2 Estratégias para Criar uma Cultura Acadêmica Inclusiva

Construir um ambiente acadêmico inclusivo vai além da sala de aula. Estratégias importantes incluem:

- Promoção da empatia e respeito à diversidade.
- Criação de políticas e iniciativas que incentivem a participação de todos.

6.3 Redução de Barreiras Atitudinais na Comunidade Universitária

Superar preconceitos e estereótipos é essencial para fortalecer a inclusão. Entre as ações estão:

- Combate a preconceitos, estereótipos e atitudes excludentes.
- Incentivo à valorização da diversidade e inclusão social.

6.4 Treinamentos e Workshops para Conscientização

Sensibilizar a comunidade acadêmica é uma forma de prevenir exclusão e promover empatia. Isso pode ser feito por meio de:

- Sensibilização de professores, estudantes e funcionários sobre inclusão.
- Discussão de preconceitos, estereótipos e práticas discriminatórias.

6.5 Desenvolvimento Contínuo de Competências Docentes

A aprendizagem inclusiva exige que os professores se atualizem continuamente, para atender às diferentes necessidades de seus estudantes e ampliar seus próprios horizontes pedagógicos. Entre os pontos-chave estão:

- Atualização em tecnologias assistivas e metodologias adaptadas, para garantir acesso pleno ao conteúdo por todos os estudantes.
- Aperfeiçoamento de estratégias pedagógicas para diferentes perfis de estudantes, de modo a apoiar o desenvolvimento de cada um.

6.6 Exemplos de Programas de Formação Docente Bem-Sucedidos

Diversas universidades brasileiras têm desenvolvido programas consistentes de formação docente para práticas inclusivas:

UFMG: Por meio do Programa de Apoio à Inclusão e Promoção da Acessibilidade (PIPA), o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) oferece apoio a docentes e estudantes, disponibilizando recursos de tecnologia assistiva e orientações para materiais acessíveis, com o objetivo de fortalecer a participação e integração de estudantes com deficiência na universidade (UFMG, 2025).

- **USP:** Programa de Capacitação em Educação Inclusiva, com módulos sobre tecnologias assistivas e metodologias pedagógicas adaptadas.
- **UFRJ:** Núcleo de Educação Inclusiva oferece cursos e workshops para docentes e técnicos administrativos, promovendo habilidades práticas e teóricas em inclusão.
- **UFRPE:** Treinamento contínuo de docentes para utilização de softwares, materiais acessíveis e estratégias pedagógicas adaptadas (NACES/UFRPE, 2025).

Essas iniciativas demonstram como a formação docente estruturada contribui para ambientes de aprendizagem mais inclusivos, acessíveis e sensíveis às necessidades de todos os estudantes.

Garantir a inclusão no ensino superior vai muito além de oferecer recursos ou infraestrutura: é preciso preparar e sensibilizar toda a comunidade acadêmica. Quando os professores se atualizam em metodologias inclusivas, tecnologias assistivas e estratégias pedagógicas adaptadas, criam um ambiente acolhedor, acessível e respeitoso. Dessa forma, todos os estudantes têm espaço para participar, aprender e se desenvolver plenamente, tornando a experiência universitária mais justa, significativa e enriquecedora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro explorou a inclusão no ensino superior sob uma perspectiva biopsicossocial, combinando fundamentos legais e práticas pedagógicas que favorecem a participação efetiva de estudantes com deficiência. Ao longo dos capítulos 1 a 6, percorremos desde a compreensão das deficiências até estratégias de avaliação, monitoramento e formação docente.

No Capítulo 1, mostramos que a deficiência não se limita a características individuais, mas resulta da interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais. A classificação da LBI e da OMS auxilia os professores a identificar necessidades diversas e a planejar intervenções inclusivas, utilizando a avaliação biopsicossocial como ferramenta central.

O Capítulo 2 abordou barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e pedagógicas, e apresentou facilitadores como tecnologias assistivas, práticas pedagógicas inclusivas e exemplos de superação de obstáculos.

No Capítulo 3, detalhamos os tipos de tecnologias assistivas, sua relação com diferentes deficiências e estratégias para integrá-las à prática docente, ilustrando com exemplos reais de universidades brasileiras.

O Capítulo 4 tratou do planejamento pedagógico inclusivo, incluindo princípios, planos de aula, uso de metodologias adaptadas, integração de tecnologias assistivas e formação continuada de professores.

O Capítulo 5 destacou a importância da avaliação contínua e individualizada, do

uso de instrumentos biopsicossociais e do monitoramento institucional, evidenciando que o acompanhamento sistemático fortalece a inclusão.

O Capítulo 6 enfatizou a formação docente e a sensibilização da comunidade acadêmica, mostrando que capacitar professores, reduzir barreiras atitudinais e criar uma cultura inclusiva são ações essenciais para um ambiente universitário acolhedor e respeitoso.

Em resumo, a inclusão no ensino superior depende de uma abordagem integrada:

- compreensão biopsicossocial da deficiência;
- planejamento pedagógico acessível e flexível;
- uso estratégico de tecnologias assistivas;
- avaliação contínua e monitoramento institucional;
- formação docente e sensibilização da comunidade acadêmica.

Ao aplicar esses princípios, universidades, docentes e estudantes podem construir um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo, promovendo participação, autonomia e valorização da diversidade. A educação inclusiva vai além da exigência legal: é um compromisso ético e pedagógico que fortalece a equidade e prepara a sociedade para reconhecer e respeitar as diferenças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nathaly Eufrazia Ataíde; BENEVENUTI, Clesiane Bindaco. **Uso de novas tecnologias na alfabetização dos alunos autistas: uma abordagem multimodal**. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349661287_USO_DE_NOVAS_TECNOLOGIAS_NA_ALFABETIZACAO_DOS_ALUNOS_AUTISTAS_-_UMA_ABORDAGEM_MULTIMODAL. Acesso em: 24 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.487, de 10 de abril de 2023**. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para apresentar proposta de regulamentação da avaliação biopsicossocial da deficiência, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 abr. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11487.htm. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Plano Nacional de Tecnologia Assistiva**. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/pnta>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Relatório final do Grupo de Trabalho sobre Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência**. Brasília: MDHC, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/relatorio-final-gt-avaliacao-biopsicossocial-de-2024/relatorio_final_gt_avaliacao_-_biopsicossocial_unificada.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Universidade Federal de Minas Gerais. **Programa de Auxílio Inclusão Digital – Tecnologia Assistiva (TA)**. Disponível em: <https://fump.ufmg.br/auxilio-inclusao-digital-tecnologia-assistiva-ta/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Universidade Federal de Pernambuco. **Núcleo de Acessibilidade e**

Inclusão (NACES). Disponível em: <https://www.naces.ufrpe.br/paginas/sobre-o-naces/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Motrix: software de acesso a microcomputadores por movimentos oculares.** Disponível em: <https://intervox.nce.ufrj.br/motrix/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Universidade de São Paulo. **Programa de Acessibilidade e Inclusão.** Disponível em: <https://www4.fe.usp.br/cip/pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 22 ago. 2025.

COSTA, Flávia Wagner; PEREIRA, Maria José. **Reflexões sobre a tutoria entre pares e a inclusão na educação superior.** 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/388915788_REFLEXOES SOBRE A TUTORIA ENTRE PARES E A INCLUSAO NA EDUCACAO SUPERIOR. Acesso em: 20 ago. 2025.

LIMA, Pedro Lima Sampaio. **Plano Educacional Individualizado no ensino médio: relato de experiência.** 2021. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/12960/1/DM_39342.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

MOURA, Ellen Michelle Barbosa de; SANTOS, Karla Vanessa Gomes dos; FRAZ, Joanne Neves; FERREIRA, Weberson Campos; MOREIRA, Geraldo Eustáquio. **Educação superior, inclusão e tecnologias assistivas.** Redin, Taquara/RS: FACCAT, v.12, n.1, p.182-199, 2023. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/3000/1947>. Acesso em: 22 ago. 2025.

OLIVEIRA, Ana Cláudia; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. **Estratégias pedagógicas: práticas e metodologias para a inclusão do estudante no Ensino Superior.** 2018. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/391/2018/11/Livro-Estrat%C3%A9gias-Pedag%C3%B3gicas-Ana-Cl%C3%A1udia-Oliveira-Pav%C3%A3o-e-S%C3%ADlvia-Maria-de-Oliveira-Pav%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2025.

ROSE, David H.; MEYER, Anne. **Teaching Every Student in the Digital Age: Universal Design for Learning.** 2002. Disponível em: <https://www.cast.org/our-work/publications/2002/udl-teaching-every-student-in-the-digital-age>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SILVA, Miriam Esperidião de Araújo; SILVA, Maria de Lourdes Ramos da. **A inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: um compromisso de todos.** 2025. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/390253106_A_inclusao_de_estudantes_com_deficiencia_na_educacao_superior_um_compromisso_de_todos.

Acesso em: 20 ago. 2025.

UFMG. Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. *Edital PIPA 2025*. Disponível em:

https://www.ufmg.br/nai/noticia/edital-pipa-2025/?utm_source=chatgpt.com.

Acesso em: 24 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde: CIF**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.crsp.org.br/arquivos/CIF.pdf>.

Acesso em: 13 ago. 2025.

NAI



**NÚCLEO DE
ACESSIBILIDADE
E INCLUSÃO**

PRO-ICA



**PROGRAMA DE INCLUSÃO,
CONVÍVIO E ACOLHIMENTO**

ICA



**INSTITUTO
DE CIÊNCIAS
AGRÁRIAS**

U F *m* G



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS**